



## ATA DA ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA

1 Ata da Assembleia geral extraordinária da Associação dos Docentes da Universidade  
2 Estadual do Sudoeste da Bahia - ADUSB, realizada aos trinta dias do mês de junho de  
3 dois mil e quinze, iniciada às 09 horas e 30 minutos no auditório do CAP, na  
4 Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, no campus de Vitória da Conquista, em  
5 segunda convocação, presidida por Márcia Santos Lemos (presidenta), Cleide de Lima  
6 Chaves (secretária geral) e Cláudio Oliveira de Carvalho (diretor acadêmico), onde  
7 estiveram presentes os oitenta e um assinantes da lista de presença em anexo, com a  
8 seguinte pauta aprovada: 1. Informes; 2. Avaliação da negociação com o governo; 3.  
9 Mobilização e fortalecimento da greve: encaminhamentos; 4. Recursos à assembleia das  
10 deliberações da Comissão de Ética. Houve uma longa discussão sobre a metodologia a  
11 ser adotada para essa assembleia. A primeira discussão tratou da metodologia da  
12 assembleia. A mesa propôs bloco de até 10 inscrições, sendo reavaliada ao final de cada  
13 bloco a necessidade de abertura de um novo (Proposta 1). A professora Lídia Cunha  
14 propôs debater o ponto 2 por duas horas, sem reavaliação (Proposta 2). Foi posta em  
15 votação e a proposta 1 foi aprovada. A segunda discussão foi em relação ao tempo das  
16 falas, sendo que a proposta 1, da mesa, foi a de falas de 3 minutos, e a proposta 2, foi de  
17 falas de 5 minutos. Posta em votação, a proposta 1 foi aprovada. A assembleia também  
18 aprovou que não haverá declarações de voto nas votações dos encaminhamentos.  
19 Estabeleceu-se o teto para o almoço de 13 horas, tendo sido aprovado. Ordem do dia: 1.  
20 **Informes:** Alexandre Carvalho prestou os informes do ANDES acerca da greve nas  
21 Universidades Federais, que está cada vez mais forte, contra o Governo Dilma.  
22 Informou também sobre a greve nas Universidades Estaduais do Paraná, do Rio Grande  
23 do Norte, do Amapá (que já foi encerrada); Mato Grosso está se preparando para  
24 deflagrar greve. De acordo com Alexandre Carvalho, os pontos são autonomia  
25 universitária, ampliação do orçamento e pauta salarial, demonstrando que as pautas são  
26 nacionais e atingem todos os Estados brasileiros; Nelma Gusmão, do Comando de  
27 Greve do campus de Itapetinga, informou sobre a campanha de doação de sangue e a  
28 realização do Cine Greve no campus; Fábio Sousa, da diretoria da AFUS, informou que  
29 a assembleia dos servidores ocorrerá hoje à tarde para analisar a minuta substitutiva a  
30 7176/97, tendo sido feita uma comissão para discutir a minuta. Ele informou que o  
31 Fórum dos Servidores Técnico-administrativos encaminhou proposta para o Fórum das  
32 AD's, mas que a categoria dos técnicos na UESB reagiu à proposta e solicitou que fosse  
33 feita uma discussão pela base; Sérgio Barroso, do Comando de Greve do campus de  
34 Vitória da Conquista, informou que foi realizada a campanha de doação de sangue e a

35 ADUSB participou do Ato conjunto com a UFBA e o IFBA. Informou também que foi  
36 enviada a carta à comunidade para toda a Uesb e que os spots de rádio estão sendo  
37 veiculados na TV e rádios locais; Francisco Cardoso informou que foi feito o III Sarau  
38 do DFCH no dia 12 de junho, com apoio da ADUSB e da Coordenação de Cultura, e  
39 que houve uma boa presença de todos e todas; Reginaldo informou que está sendo  
40 votado na Câmara dos Deputados a redução da maioria penal e convida os  
41 professores a visitar as unidades socioeducativas – ditas alojamentos – que são muito  
42 piores do que os presídios, em condições sub-humanas; Renato Figueiredo informou a  
43 existência de um decreto estadual n.15.924/2015, pois ele fere a autonomia das  
44 Universidades. A mesa lembrou ao professor que a categoria foi informada, bem como  
45 que a direção do Sindicato solicitou posição da Reitoria, por escrito e em reunião, sobre  
46 a aplicação do decreto às universidades; a presidente da ADUSB, Márcia Lemos,  
47 prestou os informes sobre as promoções e progressões publicadas em maio e lançadas  
48 na folha de pagamento. Informou que a ADUSB solicitou à GRH explicações sobre a  
49 não implementação e, segundo informações da Gerência de Recursos Humanos da  
50 UESB, o pagamento das promoções e progressões depende da autorização da SAEB,  
51 que ainda não o fez. A GRH também afirmou que os dados necessários para a liberação  
52 dos recursos foram enviados pela Universidade. Já os cálculos referentes à  
53 retroatividade, serão feitos após o lançamento nos contracheques. De acordo com  
54 Márcia Lemos, na nota divulgada pela Secretaria de Educação, o coordenador do  
55 Desenvolvimento do Ensino Superior (CODES), Paulo Pontes, afirmou que “os  
56 processos que se encontravam na Secretaria de Administração seriam pagos na folha do  
57 mês de maio”. Entretanto, apesar da propaganda do governo, nada chegou aos  
58 contracheques da categoria. Em uma clara estratégia para ganhar o apoio da opinião  
59 pública, o governo divulgou inverdades sobre o processo de negociação com o  
60 Movimento Grevista. Os processos publicados no Diário Oficial, e não implementados  
61 na folha de pagamento, são uma pequena amostra do quanto o governo distorce as  
62 informações para confundir a comunidade acadêmica. Márcia informou ainda que a  
63 nossa lista de promoção atual é de 122 professores, mais 121 adquirindo o direito nesse  
64 ano de 2015; o assessor jurídico da ADUSB, Erick Menezes ponderou que a decisão de  
65 acionar a justiça para a implementação das promoções e progressões referidas acima,  
66 deve considerar a morosidade do processo e que, nesta conjuntura, é melhor aguardar o  
67 resultado da greve. Segundo informações de Erick, não é possível, do ponto de vista  
68 jurídico, impelir o Estado a aumentar o número de vagas nas Universidades Estaduais,  
69 por isso a discussão é mais política do que jurídica. Em relação aos professores que já  
70 fizeram as bancas, mas aguardam vaga, do ponto de vista jurídico faltam argumentos  
71 para garantir o direito. Também para as progressões, vale a pena aguardar a negociação  
72 com o Estado. Márcia informou que durante o recesso junino, o Fórum das ADs indicou  
73 pela realização de várias ações. Informou que o Governo encaminhou uma carta aos  
74 professores, no dia 19 de junho, distorcendo as informações sobre a negociação com o  
75 movimento grevista, mas a ADUSB respondeu, no mesmo dia, com os esclarecimentos  
76 necessários; informou que foi encaminhada, pelo Fórum das ADs, uma carta dura ao  
77 Fórum dos Reitores, cobrando posição e encaminhamentos frente à greve e a crise  
78 orçamentária. **2. Avaliação da negociação com o governo.** Márcia prestou os informes

79 do ocorrido desde o dia 12 de junho, data de nossa última assembleia. Na reunião do dia  
80 18 de junho, os representantes do Governo insistiram na apresentação da proposta de  
81 remanejamento de 20 vagas e não ampliação do quadro, rasgando assim o Estatuto do  
82 Magistério Superior. O governo quer negociar conquistas históricas do movimento  
83 docente, com o objetivo de tornar permanente uma política de Estado em que os direitos  
84 trabalhistas se tornem uma concessão. A justificativa apresentada para a recusa da pauta  
85 é sempre a mesma: não existem condições financeiras. Em 2014, a Bahia teve superávit  
86 (recursos que sobram após o pagamento das contas) de R\$ 1,13 bilhão. Até abril desse  
87 ano, o superávit já alcançou R\$ 1,7 bilhão, segundo dados do Portal da Transparência  
88 Bahia. O Fórum das ADs apresentou na mesa de negociação estudos sobre a  
89 implementação dos processos trabalhistas para os cofres públicos. O impacto gerado é  
90 muito pequeno comparado aos valores citados. Desse modo, ao não cumprir com os  
91 direitos, o governo reafirma sua opção política de destruir a carreira docente.  
92 Acompanhado ao discurso de que não existem verbas para atender a pauta de  
93 reivindicações, os representantes governamentais sugerem que os problemas financeiros  
94 são frutos da má gestão dos recursos. Para esclarecer a questão, o Fórum das ADs  
95 convidou o reitor da UEFS, presidente do Fórum de Reitores, Evandro do Nascimento,  
96 como observador, para participar da mesa de negociação. No entanto, a discussão entre  
97 as partes foi inviabilizada, pois o chefe de gabinete da Secretaria de Educação, Wilton  
98 Cunha, convidou o reitor a se retirar. O governo acusa as reitorias, mas se esquivava do  
99 debate transparente e desrespeita a comunidade universitária. O movimento grevista  
100 estudou a proposta da minuta substitutiva da lei 7176/97, elaborada pelo governo, e  
101 realizou alterações pontuais, construídas pela categoria e aprovadas em assembleia. O  
102 resultado das discussões do Movimento Docente foi apresentado ao governo no dia 16  
103 de junho, que firmou o compromisso de discutir as modificações o mais breve possível.  
104 Contudo, o Coordenador do Desenvolvimento do Ensino Superior (CODES), Paulo  
105 Pontes, surpreendeu o Fórum das Ads nesta reunião com a notícia de que o assunto só  
106 será pautado em agosto. Pressionado pelo Movimento Docente de que isso poderia  
107 inviabilizar o semestre, eles argumentaram que seria até o dia 04 de agosto. Com isso, o  
108 Fórum indicou que a categoria deveria construir uma contraproposta, para tirar o  
109 Governo da zona de conforto. Foram feitas três reuniões do Comando de Greve, nos  
110 dias 19, 26 e 29 de junho. No dia 26 de junho, o Comando elaborou uma contraproposta  
111 inicial, que foi apresentada na reunião do Fórum das ADs, ocorrida no dia 27 de junho  
112 em Vitória da Conquista, que compatibilizou as propostas dos Comandos de Greve. O  
113 Comando de Greve da ADUSB discutiu e aprovou a contraproposta em reunião  
114 realizada no dia 29 de junho e indica que a assembleia discuta amplamente a proposta  
115 nessa assembleia. Terminado os informes da mesa, a assembleia discutiu amplamente,  
116 inicialmente, a manutenção da greve, com diversas falas favoráveis. Em votação, a  
117 manutenção da greve foi aprovada na UESB com duas abstenções. Após essa votação, a  
118 categoria docente discutiu a contraproposta formulada pelo Fórum das ADs e pelo  
119 Comando de Greve e aprovou a contraproposta, que foi a seguinte: 1. Revogação da Lei  
120 7176/97: O Movimento docente propõe que o Governo se posicione sobre a  
121 contraproposta em regime de urgência, considerando as poucas alterações sugeridas na  
122 minuta original e que não há qualquer impeditivo para análise e parecer da

123 contraproposta. Tal postura expressará a vontade política do Governo para encaminhar  
124 de forma séria e qualificada as reivindicações da categoria; 2. Orçamento das  
125 Universidades: no exercício de 2015, suplementação para a folha de pessoal com o  
126 objetivo de garantir o pagamento das promoções, progressões, mudanças de regime de  
127 trabalho e demais direitos trabalhistas. Incorporação desta suplementação ao orçamento  
128 das Universidades, com o compromisso do governo de não reduzir o orçamento de  
129 manutenção, investimento e custeio; no exercício de 2015, recomposição do orçamento  
130 para manutenção, investimento e custeio, suplementando-o para que atinja, no mínimo,  
131 os valores executados em 2013, corrigidos pela inflação acumulada nesses últimos dois  
132 anos, com o compromisso do governo de que o orçamento não será contingenciado e  
133 será liberado de acordo com a demanda das Universidades; implementação em 2016 de,  
134 no mínimo, 7% da Receita Líquida de Impostos do Estado da Bahia para o orçamento  
135 anual das Universidades Estaduais da Bahia, com revisão do percentual a cada dois anos  
136 e de tal forma que o orçamento do ano não seja inferior ao executado no ano anterior e  
137 que seja assegurada a autonomia didático-científica, administrativa e de gestão  
138 financeira e patrimonial das Universidades Estaduais da Bahia; 3. Direitos trabalhistas,  
139 ampliação do quadro de vagas e sua desvinculação por classe: alteração imediata, em  
140 2015, dos quantitativos de vagas por classe de forma a permitir a promoção na carreira  
141 de 100% dos docentes com processos na SAEB ou ainda nas Universidades e dos  
142 demais que adquirirem o direito. Isto significa que o quadro de cargos de provimento  
143 permanente do Magistério Público das Universidades do Estado da Bahia será alterado,  
144 conforme a demanda das Universidades para cada classe; aprovar, até janeiro de 2016,  
145 Projeto de Lei que desvincula as classes das vagas e amplia o quadro de cargos de  
146 provimento permanente do Magistério Público das Universidades do Estado da Bahia;  
147 as progressões na carreira obedecerão ao previsto no Estatuto do Magistério Superior e  
148 não mais haverá qualquer tipo de retenção; implementação imediata dos processos de  
149 mudança de regime de trabalho; 4. Valorização da carreira docente: valorização da  
150 carreira por meio do aumento no percentual dos interstícios de vencimento básico entre  
151 as classes para este ano e dos Incentivos de Pós-graduação com calendário até 2016; 5.  
152 Reajuste geral dos servidores estaduais: garantia da reposição integral e em uma única  
153 parcela das perdas inflacionárias, utilizando índice igual ou superior ao IPCA e  
154 respeitando a data base. Essa contraproposta foi aprovada por ampla maioria. **3.**  
155 **Mobilização e fortalecimento da greve: encaminhamentos.** Em primeiro lugar, o  
156 Comando de Greve lembrou que a categoria aprovou a participação da ADUSB no  
157 tradicional Cortejo do 2 de Julho em Salvador, no Bloco da Educação, e convidou a  
158 todos e todas para participarem do Cortejo. Os encaminhamentos abaixo relacionados  
159 foram apresentados, discutidos e aprovados pela assembleia: a) Grande Ato público ou  
160 Ocupação de prédio público, com data a ser definida, a depender das negociações com o  
161 Governo; b) fazer atividade conjunta com as quatro ADs de ocupação de prédio público  
162 local ou fechamento de estradas/BRs. Caso a articulação não seja possível, a ADUSB  
163 fará uma ação local, envolvendo os três campi; c) fazer com que estudantes e  
164 professores venham para a UESB com a realização de cine greve, palestras, aulas  
165 públicas, etc; d) convocar uma reunião ampliada do Comando para discutir a  
166 mobilização, para amanhã, dia 01 de julho, às 14 horas. Renato solicitou que fossem

167 dados os encaminhamentos às moções de repúdio aprovados em assembleia. Suzane, do  
168 Comando de Greve, informou que não há discussão sobre a moção de repúdio, porque a  
169 mesma já foi aprovada na assembleia. Informou ainda que o Comando de Greve irá dar  
170 celeridade à consulta jurídica para publicizar a moção de repúdio. Márcia Lemos,  
171 presidente da ADUSB, lembrou à assembleia que a moção de repúdio, por ausência de  
172 informações oficiais, deve ser feita sem fazer referência às votações no Congresso e na  
173 ALBA, para evitar possíveis processos contra a seção sindical, mas o texto deve ter um  
174 teor de denúncia. Propôs que na próxima assembleia a comissão apresente o texto da  
175 moção de repúdio para ser apreciado e esse encaminhamento foi aprovado. Nada mais  
176 havendo a tratar, às 17 horas e 11 minutos, eu, Cleide de Lima Chaves, secretária geral,  
177 lavro esta ata que será assinada por mim e pela presidenta Márcia Santos Lemos.

Cleide de Lima Chaves  
Márcia Santos Lemos